



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ENTE LICITANTE: MUNICÍPIO

NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU – MA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CONTENCIOSOS E ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL EM TODOS OS GRAUS DE JURISDIÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL PARA APURAR E REAVER OS VALORES PAGOS A MENOR PELO SUS.

ENTE INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Sistema Único de Saúde (SUS) realizada repasses financeiros periódicos ao município, ocorre que esses repasses podem ser realizados a menor, trazendo impacto negativo no orçamento da saúde municipal, dificultando a manutenção e a ampliação dos serviços de saúde prestados à população.

A recuperação desses valores requer uma análise detalhada e técnica, buscando identificar os casos onde tiveram pagamentos a menor, sendo uma tarefa complexa que envolve uma série de etapas, como levantamento de dados, preparação de cálculos detalhados até a formulação de ações judiciais.

O volume de casos a serem tratados é significativo, demandando uma capacidade operacional que excede as possibilidades do corpo jurídico interno da administração.

A apuração e recuperação dos valores pagos a menor pelo SUS envolvem questões complexas que exigem conhecimentos especializados, requerendo a atuação em diferentes graus de jurisdição da Justiça Federal. Neste sentido, a necessidade da contratação surge da combinação de fatores como a complexidade, o volume de processos, a exigência de conhecimentos técnicos específicos.

A necessidade é de serviços comuns, conforme definição constante do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/21, sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.



REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa a ser contratada deve possuir comprovada expertise na área, com expertise em contencioso judicial, demonstrando experiência em processos judiciais na Justiça Federal, especialmente em casos relacionados à recuperação de valores pagos indevidamente ou a menor, dispendo de uma equipe composta por advogados especializados com conhecimentos técnicos.

A contratada deverá possuir infraestrutura tecnológica e administrativa adequada para a gestão de um grande volume de processos judiciais, com atuação em múltiplos graus de jurisdição incluindo tribunais superiores, bem com possuir uma equipe de advogados qualificados e com capacidade para atender a demanda específica do contrato, garantindo acompanhamento contínuo e dedicado dos processos.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diversas soluções no mercado podem atender à necessidade da contratação de serviços advocatícios para apurar e reaver os valores pagos a menor pelo SUS. Essas soluções variam em termos de especialização, abrangência de serviços, e metodologias utilizadas, algumas das principais soluções disponíveis:

1. Escritórios de Advocacia Especializados: escritórios de advocacia possuem departamentos especializados com experiência comprovada, grande capacidade operacional e recursos humanos.
2. Consultorias Jurídicas Especializadas: são empresas que combinam consultoria jurídica com auditoria e gestão de processos na área de saúde pública.
3. Plataformas e Softwares Jurídicos: são softwares que auxiliam na gestão e acompanhamento de processos jurídicos, otimizando a eficiência operacional, com automação de tarefas, relatórios detalhados, maior controle dos processos.

No presente caso se entende como a melhor solução é a contratação de Escritórios de Advocacia Especializados, com experiência comprovada, com grande capacidade operacional e recursos humanos.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A terceirização na contratação de serviços advocatícios através de Escritórios de Advocacia Especializados, apresenta-se como a melhor solução, especialmente sob os pontos de vista técnico e econômico, conforme detalhado a seguir:

Expertise Específica: Escritórios de advocacia especializados, bem em contencioso judicial possuem a expertise necessária para lidar com a complexidade dos processos de recuperação de valores pagos a menor pelo SUS. Esses profissionais têm conhecimento aprofundado das



leis, regulamentos e jurisprudência aplicáveis, o que aumenta as chances de sucesso nas ações judiciais.

Modelo de Remuneração Baseado em Resultados: Muitas empresas especializadas oferecem modelos de remuneração baseados em resultados, como honorários de sucumbência ou pagamento de um percentual sobre os valores recuperados. Isso alinha os interesses da empresa com administração, incentivando a máxima recuperação de valores.

Neste sentido, a terceirização dos serviços advocatícios para apurar e reaver os valores pagos a menor pelo SUS é a melhor solução do ponto de vista técnico e econômico, oferecendo acesso a expertise especializada, uma melhor eficiência operacional, redução de custos, aumentando a flexibilidade e adaptação, melhorando a qualidade dos serviços e mitigando riscos, contribuindo para a sustentabilidade financeira e a melhoria contínua dos serviços de saúde prestados à população.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES^{[E1][E2]}*

As quantidades e itens foram definidos com base em demandas de município de mesmo porte.

ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO^{[E3][E4]}*

Segue abaixo a estimativa do valor da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR (%) *
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços advocatícios contenciosos e acompanhamento processual em todos os graus de jurisdição da Justiça Federal para apurar e reaver os valores pagos a menor pelo SUS.	Honorários	R\$ 0,20

* Esse valor representa o pagamento de honorários de R\$ 0,20 a cada R\$ 1,00 de incremento fruto da contratação.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O critério de adjudicação por preço global é ideal nos casos de terceirização para a contratação de serviços advocatícios para apurar e reaver os valores pagos a menor pelo SUS, por diversas razões que abrangem aspectos:

Previsibilidade de Custos: A adjudicação por preço global oferece uma visão clara e precisa dos custos totais envolvidos no contrato. Isso evita surpresas financeiras e permite um melhor planejamento orçamentário.

Transparência: Com um preço global fixo, todas as partes envolvidas conhecem antecipadamente o valor total do contrato, promovendo transparência e facilitando o controle financeiro e a fiscalização do contrato.



Foco em Resultados: O modelo de preço global incentiva a empresa contratada a ser eficiente e eficaz, pois o pagamento não está atrelado a horas trabalhadas, mas sim à entrega de resultados concretos.

Facilidade de Gestão: Gerenciar um contrato com preço global é mais simples do que gerenciar contratos por itens ou por tempo e material. A administração pode focar na supervisão dos resultados e no cumprimento dos prazos.

Riscos Transferidos ao Contratado: Com o preço global, os riscos de custos adicionais inesperados ou de aumento de despesas são transferidos para a empresa contratada.

Economia de Escala: A empresa contratada tem a liberdade de otimizar seus recursos e processos, aproveitando a economia de escala e a eficiência operacional para maximizar sua margem dentro do valor global acordado.

Compromisso com a Qualidade: Empresas que aceitam contratos de preço global tendem a se comprometer com a qualidade, pois qualquer retrabalho ou correção de erros afetará sua lucratividade. Isso incentiva a entrega de serviços de alta qualidade desde o início.

Ajustes Planejados: Qualquer ajuste no escopo pode ser negociado com base em uma estrutura de custo global previamente estabelecida, facilitando a adaptação a novas necessidades ou condições.

A adjudicação por preço global é a abordagem mais indicada para a terceirização da contratação de serviços advocatícios para apurar e reaver os valores pagos a menor pelo SUS para a administração. Ela oferece previsibilidade e transparência financeira, alinha os incentivos da empresa contratada com os objetivos da administração, simplifica a administração do contrato, reduz riscos, promove a eficiência na execução e garante a qualidade dos serviços prestados. Esse critério de adjudicação assegura que a administração maximize os benefícios econômicos e operacionais da terceirização, otimizando a recuperação de valores e a gestão financeira dos serviços de saúde.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Com base em uma visão global do órgão ou entidade pública foi identificado que não existem contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da desta contratação.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A terceirização da contratação de serviços advocatícios para apurar e reaver os valores pagos a menor pelo SUS visa alcançar uma série de resultados positivos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros.



Eliminação de Despesas Fixas: Redução de custos relacionados à contratação e manutenção de uma equipe jurídica interna especializada, infraestrutura e tecnologia necessária para a gestão dos processos.

Economia de Escala: A empresa terceirizada pode aproveitar a economia de escala, resultando em custos menores que administração realizasse as mesmas atividades internamente.

Redução de Riscos Financeiros: Transferência dos riscos de variações de custo para a empresa contratada, protegendo o orçamento municipal contra aumentos imprevistos.

Otimização de Recursos Humanos: Liberação da equipe jurídica interna para focar em outras questões prioritárias e estratégicas, melhorando a eficiência global do departamento jurídico.

Aproveitamento de Expertise Externa: Utilização da expertise e das tecnologias avançadas da empresa terceirizada para garantir a execução eficiente e eficaz das tarefas.

Foco nas Atividades Estratégicas: A equipe jurídica interna da Prefeitura pode concentrar-se em questões estratégicas e prioritárias, em vez de ser sobrecarregada com a gestão de processos de recuperação de valores.

Atualização Contínua: Empresas terceirizadas mantêm suas tecnologias e metodologias atualizadas, garantindo que os processos sejam conduzidos de maneira eficiente e conforme as melhores práticas do mercado.

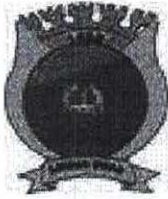
Modelo de Remuneração Baseado em Resultados: O pagamento baseado em resultados, como honorários de sucumbência ou percentuais sobre os valores recuperados, garante que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente e direcionada para o alcance de resultados concretos.

Aumento da Recuperação de Valores: A expertise e a eficiência da empresa contratada aumentam as chances de recuperação de valores pagos a menor pelo SUS, resultando em um impacto financeiro.

Previsibilidade e Controle: A previsibilidade de custos e a clareza proporcionada pela adjudicação por preço global permitem um melhor controle e planejamento orçamentário, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficiente.

Redução de Desperdícios: A terceirização minimiza o desperdício de recursos materiais e financeiros, uma vez que a empresa contratada é incentivada a maximizar a eficiência e a eficácia dos processos.

A terceirização da contratação de serviços advocatícios para apurar e reaver os valores pagos a menor pelo SUS proporciona resultados significativos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros. Esses resultados incluem a redução de custos operacionais, maior previsibilidade orçamentária, otimização da



capacidade técnica interna, melhor uso da tecnologia, e um impacto financeiro positivo devido ao aumento da recuperação de valores.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Antes da celebração de um contrato de terceirização para contratação de serviços advocatícios para apurar e reaver os valores pagos a menor pelo SUS é fundamental adotar uma série de providências, bem como adequações no ambiente organizacional. Essas medidas são essenciais para assegurar a transparência, eficiência e conformidade no processo de contratação e execução da contratação.

Orientação: Antes de tudo, é crucial oferecer orientação para os servidores ou empregados que atuarão na fiscalização e gestão do contrato. Essas orientações devem abranger legislação sobre licitações e contratos administrativos (Lei 14.133/2021), gestão e fiscalização de contratos, além de temas específicos sobre padrões de qualidade e especificações técnicas.

Promover a transparência em todas as etapas do processo, disponibilizando informações pertinentes sobre o contrato e sua execução de forma acessível ao público.

Além disso, implementar adequadamente essas providências antes da celebração do contrato de terceirização é vital para o sucesso e eficiência da contratação, garantindo não apenas a conformidade com a legislação, mas também a satisfação das necessidades dos órgãos públicos.

IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de serviços advocatícios para apurar e reaver os valores pagos a menor pelo SUS seja essencialmente uma atividade administrativa e jurídica, ainda assim, pode ter impactos ambientais.

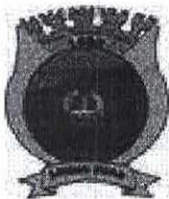
Sob a ótica da dimensão ambiental da sustentabilidade, é importante considerar os possíveis impactos e adotar medidas para minimizá-los, vejamos algumas ações para mitigá-los:

a. Medidas de Mitigação

a.1. Redução do Consumo de Papel e Materiais

Digitalização de Documentos: Implementar a digitalização de documentos e a utilização de assinaturas eletrônicas para reduzir a necessidade de impressão e o uso de papel.

Política de Impressão Sustentável: Adotar políticas de impressão sustentável, como impressão frente e verso, uso de papel reciclado e redução do número de cópias impressas.



a.2. Eficiência Energética

Equipamentos Eficientes: Utilizar equipamentos eletrônicos com certificação de eficiência energética. Incentivar o desligamento de equipamentos eletrônicos quando não estiverem em uso e a implementação de modos de economia de energia.

a.3. Gestão Sustentável de Resíduos

Reciclagem e Reutilização: Implementar programas de reciclagem e reutilização de materiais, garantindo a destinação adequada de resíduos sólidos e eletrônicos.

Descarte Responsável: Estabelecer parcerias com empresas especializadas para o descarte responsável de equipamentos eletrônicos obsoletos e outros resíduos perigosos.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO*

O parecer final é pela necessidade da contratação da solução pretendida, diante das disponíveis, com base nas quantidades e preço estimado, assim como a adequação à necessidade identificada na demanda de contratação.

Zózimo Paulino da Silva Neto
Secretaria Municipal de Saúde